

SOB A LEI DO CÃO: O TRABALHO ESCRAVO NOS PRINCIPAIS CICLOS ECONÔMICOS DA AMAZÔNIA

Francisco Américo Martins **MORAES**¹

Resumo: *Este estudo se propõe investigar e compreender melhor como se deu a introdução do trabalho escravo e da sua conseqüente exploração de mentalidade colonialista na Amazônia, bem como a inter-relação entre os processos político, religioso e econômico, já a partir do fim da União Ibérica (1580-1640), no contexto dos principais ciclos econômicos, como, por exemplo, o da extração das drogas do sertão, passando pelo ouro na região guaporeana (hoje pertencente a Rondônia) e, posteriormente, pela voracidade do capital industrial nos dois ciclos da borracha, final do século 19 e início do século 20, e, finalmente, durante os anos decisivos da Segunda Guerra Mundial (1942-1945).*

Palavras-chave: Trabalho. Escravidão. Amazônia.

Abstract: *This study proposes to investigate and understand better how the introduction of slave labor and its consequent exploration of colonialist mentality in the Amazon occurred, as well as the interrelationship between the political, religious and economic processes, since the end of the Iberian Union, in the context of the main economic cycles, such as the extraction of drugs from the hinterland, passing through the gold in the region of Guaporeana (now belonging to Rondônia) and, later, for the voracity of industrial capital in the two rubber cycles late nineteenth and early twentieth century, and finally during the decisive years of World War II (1942-1945).*

Keywords: Work. Slavery. Amazon.

¹ Mestre em Estudos Literários – Universidade Federal de Rondônia (UNIR), 2019; especialista em História do Brasil – Faculdades Integradas de Jacarepaguá (FIJ), 2013; licenciado em História – União das Escolas Superiores de Rondônia (UNIPEC), 2007. E-mail: framerico@yahoo.com.br.

1 Introdução

Analisando o processo de colonização da Amazônia a partir do século 17, identificaremos a existência de uma inter-relação entre o processo político, religioso e os ciclos econômicos. *A priori*, sobretudo no contexto da extração das “drogas do sertão”² (fator econômico), podemos observar a inserção e exploração do trabalho escravo sistemático sobre o nativo (índio) como mão de obra básica utilizada tanto por colonos como por missionários católicos nessa atividade, dentre outras. Por efeito disso, verificaremos que os povos tribais amazônicos ficaram expostos a toda sorte de misérias físicas e culturais.

Depois, no século 18, é possível notar que o advento do ciclo do ouro no Vale do Guaporé vai submeter o nativo e, principalmente, o negro a condições degradantes de exploração de sua força de trabalho, até então sem precedentes na história da Amazônia, uma vez que a mão de obra se desgastava rapidamente pela intensidade e condições insalubres de trabalho nas minas, obrigando a rápida substituição dos trabalhadores, devido às mortes sucessivas.

No entanto, mais tarde, nos ciclos da borracha amazônica, a partir das últimas décadas do século 19 até 1945, novamente os povos da floresta, mas principalmente os nordestinos – como veremos – não tiveram melhor destino. Estes, “cuspidos” do campo pela seca em suas regiões de origem, foram deslocados em massa para a Amazônia para serem escravizados pelas dívidas das quais sequer sabiam a existência, bem como pelo trabalho insalubre de extração do látex da seringueira para a produção da borracha, a fim de atender às necessidades urgentes do capital industrial norte-americano e europeu.

2 Os ciclos da Amazônia

2.1 As “drogas do sertão”

Quando Portugal se separou do Império Espanhol, em 1640, os lusitanos incorporaram a Região Amazônica ao seu domínio. De imediato, os portugueses iniciaram a exploração das chamadas “drogas do sertão” com a colonização da Região Norte, se “infiltrando pelo vale acima do rio Amazonas, francamente na segunda metade do século XVII” (PRADO JR., 1988, p. 70).

² Especiarias da Amazônia (canela, urucum, cacau etc.).
MARGENS - Revista Interdisciplinar
Versão Digital – ISSN: 1982-5374

Na época, a região não desenvolveu uma agroindústria como a lavoura, sobretudo açucareira, do litoral devido às condições naturais da Amazônia, cuja mata espessa e semiaquática dificultavam o desenvolvimento da agricultura, não só devido às condições desfavoráveis, mas também ao alto custo de produção. Por consequência disso, a extração das drogas do sertão foi o primeiro ciclo da economia – também de exploração, miséria e mortes humanas – da Amazônia brasileira. Então, para esse tipo de extrativismo lucrativo, havia uma multidão de autóctones, das mais diversas línguas e culturas.

Para comandá-los, nada melhor do que a atuação dos missionários católicos – que, a propósito, vagueavam o olhar mercantilista pela “[...] natureza aquilatando o valor monetário ou mesmo as benesses do usufruto” (GONDIM, 1994, p. 91). Principalmente jesuítas e carmelitas, penetraram a Amazônia com o objetivo de “catequizar” os indígenas e, por isso, acabaram se tornando “agentes de uma imposição simbólica sobre a cultura indígena. [...] foram levando símbolos religiosos, morais, culturais estranhos às populações indígenas ou ribeirinhas [...]” (LOUREIRO, 2001, p. 80).

Nesse sentido, os povos nativos foram, então, reunidos em aldeamentos para serem convertidos à fé católica. Dessa forma, os padres carmelitas, franciscanos, capuchinhos e, sobretudo, os jesuítas, procuravam os indígenas e os “forçavam” a entrarem mata adentro em busca das lucrativas especiarias. No entanto, os aldeamentos não foram bem aceitos pela maioria da população branca (colonos), pois, necessitando aprisionar os tribais para usá-los como mão de obra escrava, eram impedidos pelos padres. Contudo, isso não quer dizer que os nativos tiveram vida “mansa” nos aldeamentos porque, independentemente de estarem nas mãos dos padres ou não, eram igualmente explorados como mão de obra servil ou escrava. Quanto a isso, Leandro Tocantins diz que

[...] todos tratavam de explorar os indígenas sem comiseração alguma, roubando-lhes a liberdade, a família, a atividade, o vigor e o sossego. Expostos aos rigores do sol e das chuvas esses infelizes eram forçados ao trabalho, dia e noite, sem descanso, sem confortos (TOCANTINS, 1982, p. 14).

Para os povos da floresta, na verdade, tudo isso se constituía num verdadeiro choque para a sua cultura, uma vez que eles não eram afeitos, por exemplo, ao trabalho metódico e sistemático tal como lhes foi imposto pelos colonizadores, pois, segundo Sérgio Buarque de Holanda, os indígenas tendiam espontaneamente

[...] para atividades menos sedentárias e que pudessem exercer-se sem regularidade forçada e sem vigilância e fiscalização de estranhos. Versáteis ao extremo, eram-lhes inacessíveis certas noções de ordem, constância e

exatidão, que no europeu formam como uma segunda natureza e parecem requisitos fundamentais da existência social e civil. O resultado eram incompreensões recíprocas que, de parte dos indígenas, assumiam quase sempre a forma de uma resistência obstinada, ainda quando silenciosa e passiva, às imposições da raça dominante (HOLANDA, 1995, p. 48).

Assim, os povos “aborígenes”, uma vez retirados da selva pelos missionários, através dos descimentos ou pelas tropas de resgate dos colonos, serviam para toda espécie de trabalhos na agricultura, caça, pesca, serviços domésticos ou trabalhos para o Estado, conforme enumera Tocantins, a seguir, as pesadas tarefas a que estavam sujeitos:

[...] tripulavam canoas, iam aos sertões colher produtos naturais, serviam de vaqueiros e feitores nas fábricas e fazendas de gado, abriam roças e maniva, faziam farinha, cultivavam o milho, o arroz, o feijão, a cana, o tabaco, em proveito exclusivo dos seus intitulados senhores e patronos, que assim viviam na ociosidade (TOCANTINS, 1982, p. 68).

O conhecimento imensurável e a experiência indígena na floresta certamente obstariam o avanço da colonização na Amazônia e a fariam muito mais difícil, pois os mesmos eram seres perfeitamente integrados ao seu meio, vivendo da caça, da pesca e da agricultura que dominavam de forma suficiente e econômica (TEIXEIRA; FONSECA, 2001).

No plano político, a Coroa portuguesa oscilava em relação à legislação indigenista – desde 1570 Portugal havia promulgado leis proibindo o cativo dos indígenas, reforçadas posteriormente com novas leis, como em 1609 e 1611. No entanto, ora favorecia os missionários, proibindo a escravidão indígena (por influência dos jesuítas), ora, diante da necessidade de braços para a lavoura, abria exceções através das chamadas “guerras justas”.

Os nativos capturados nessas guerras eram levados para as aldeias de repartição e distribuídos entre colonos por tempo determinado. Assim, à medida que os povos tribais eram deslocados de sua área de origem, pelos missionários ou pelas expedições de colonos, abria-se espaço para os colonizadores ampliarem suas atividades extrativistas mata adentro. Com efeito, a coleta das drogas do sertão, atividade que se desenvolveu entre os séculos 16 e 18, atraiu colonos portugueses para a sua extração e venda, mas foram os jesuítas que, contando com a mão de obra de milhares de nativos amazônicos, destacaram-se nesse comércio.

Em vista disso, além de outras atividades na Amazônia e demais regiões da colônia, “já em meados do século XVII os missionários possuíam vasta fortuna [...] e a maior riqueza daquela terra, um vasto contingente de trabalhadores indígenas” (TEIXEIRA; FONSECA, 2001, p.16). Também Caio Prado Júnior – que se isenta de investigar os reais interesses dos

missionários de forma geral – parece não ter dúvidas quanto aos interesses dos jesuítas em particular. Diz ele que

Não é aqui o lugar próprio para indagar quais os objetivos que animavam os missionários; se o puro zelo religioso da conversão de almas pagãs, se outros projetos mais amplos e não confessados. Quanto aos jesuítas, parece fora de dúvida que tinham na América um plano de grandes proporções: nada menos que assentar nela um imenso império temporal da Igreja Católica e sob sua direção (PRADO JR., 1988, p. 70).

Em razão disso, as pretensões dos colonos portugueses se chocavam constantemente com os interesses dos jesuítas e demais Ordens. Os missionários procuravam manter os nativos afastados dos colonos que, por sua vez, queriam mão de obra barata. Na verdade, os povos autóctones, indiscutivelmente, eram escravizados sem nenhuma piedade cristã. O resultado natural dessa escravidão indígena, no “ciclo amazônico das especiarias”, foi o “extermínio de numerosos grupos que habitavam o curso do Amazonas e a parte inferior da maioria de seus afluentes” (TEIXEIRA, 1999, p. 82). Ao lado da barbárie movida por interesses econômicos, os europeus se escondiam sob o manto “imaculado” da religião católica que, de acordo com Teixeira e Fonseca, legitimou a escravidão:

Constituindo-se em uma religião de obrigações formalistas [...] pregou os alicerces da ordem senhorial e da dominação escravocrata, onde a caridade paternalista é ditada pelo signo do temor e onde a aceitação pacífica do sofrimento e da miséria são traduções da penitência, que salva e assemelha ao próprio Cristo (TEIXEIRA; FONSECA, 2001, p. 80).

Em nome da civilização, portanto, os portugueses aculturaram, mataram e escravizaram milhares de seres humanos de etnias e culturas das mais diversas. Isto talvez se explique, segundo Gilberto Freyre (2006, p. 66), pela “singular predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos” que, por sua vez, também explique – continua ele – “em grande parte o seu passado étnico, ou antes, cultural, de povo indefinido entre a Europa e a África”, cujos braços escravocratas saíram sujeitando africanos e americanos tanto física quanto culturalmente. Aqui na Amazônia, por exemplo, Argemiro Procópio descreve e constata a terrível sujeição cultural exercida pela fé católica sobre a mentalidade do indígena submetido, pois

Quando passa a acreditar em Cristo e no Evangelho, o indígena não é o mesmo de antes. Depois do batismo e do sacramento da confirmação, abraçando outra crença, é levado a crer no equívoco de seus valores e mitos religiosos repassados por seus ancestrais. É então obrigado a repensar sua visão de

mundo: abre sob a tutela dos missionários seu coração para a vinda do Espírito Santo dos cristãos (PROCÓPIO, 1992, p. 159).

Apesar disso, a catequese foi apenas uma forma mais “suave” de dominação cultural e física sobre o chamado gentio. Uma vez que os nativos viviam em tribos ou aldeias dispersas e distantes umas das outras – como nas palavras de Peter Burke (2010, p. 154), referindo-se à Noruega cujos povoados também distavam uns dos outros –, a Igreja, sem dúvida, foi particularmente importante como centro cultural, centro aculturador dos indígenas, diga-se de passagem. Desde o início, portanto, a colonização na Amazônia, bem como no Brasil como um todo, esteve estigmatizada pela trágica presença da cruz e da espada, disseminando, tragicamente entre os indígenas, a miséria e a morte através do trabalho servil ou escravo e das doenças do homem branco. No entanto, ainda estava longe de findar o sofrimento indígena, pois o interesse do colonizador pelas especiarias da Amazônia, agora, seria substituído pelo ouro do Vale do Guaporé, onde, de certa forma, os povos originários da Amazônia repartiram com os negros o drama da escravidão e da morte.

2.2 O ciclo do ouro no Vale do Guaporé

Arrefecido o interesse sobre as especiarias da Amazônia, a sanha portuguesa, agora, debruçava-se avidamente sobre as minas de ouro das Minas Gerais, descobertas em fins do século 17, e sobre as minas do Centro-Oeste da Colônia, nas regiões de Vila Boa (Goiás) e Cuiabá (Mato Grosso), descobertas nas primeiras décadas do século 18, propiciando a esses lugares uma intensa migração de pessoas de todas as regiões do Brasil e, inclusive, de Portugal. Esse processo migratório, com efeito, foi, de acordo com Marco Teixeira (1996, p. 105) “[...] marcado pela ousadia, bravura e ganância e esteve associado também à contínua busca de braços cativos dos indígenas da região para o trabalho das minas, lavouras e para o comércio humano de diversas praças coloniais”.

Muitos bandeirantes, ainda capturando os povos tribais, foram para o oeste até o Chapadão dos Parecis, de mata densa – daí o nome Mato Grosso –, onde foi descoberto ouro pelos irmãos Fernando e Artur Paes de Barros. Estes, bandeirantes de Sorocaba, saíram com o objetivo de capturar os povos da etnia Parecis para escravizá-los, mas acabaram encontrando ouro na região do Vale do Guaporé, em 1734 (TEIXEIRA; FONSECA, 2001). Indo na esteira desses acontecimentos, podemos constatar que a capitania de Mato Grosso e Cuiabá, naquela época, detinha uma parte da Região Amazônica, o que correspondia praticamente a quase todo o território do atual Estado de Rondônia, onde, no Vale do Guaporé, como nas demais regiões

mineradoras, a escravidão indígena e, sobretudo, a de origem negra africana, atingira proporções ainda mais degradantes, em comparação a que ocorria nas grandes fazendas de engenho, porque, segundo Teixeira e Fonseca,

O trabalho nas minas, lavras e faisqueiras era altamente insalubre, provocando um rápido desgaste dos trabalhadores e levando à necessidade constante de rápida reposição da mão de obra. Os escravos eram os mais atingidos por essa situação. Empregava-se um grande esforço nos trabalhos de construção de tanques, açudes e córregos para a realização dos trabalhos de mineração. [...] Vítimas de abusos de toda sorte, vivendo no Vale do Guaporé, um verdadeiro inferno, sujeitados a maus tratos, castigos e suplícios [...] (TEIXEIRA; FONSECA, 2001, p. 60 e 81).

É importante ressaltar a igualmente degradante exacerbação da miséria que se desenvolveu a partir da chegada de toda espécie de aventureiros, fidalgos, homens do povo e negros libertos, todos movidos pela ilusão de enriquecimento fácil através de aquisição de terras, ouro e promoção social. A região transformou-se em abrigo de homens indesejáveis, condenados em Portugal e em outras capitanias de onde eram enviados para cumprirem degredo e outras penalidades. Havia também fugitivos da lei que buscavam proteção no Guaporé. Com efeito, a sociedade mineradora guaporeana, em geral, assim como a canaveira, “era caracterizada por uma estrutura social excludente e por um grande número de pessoas vivendo em condições precárias, consideradas vadias e desclassificadas” (SOUZA, 1986, p. 66). Os desclassificados não encontravam lugar definido na sociedade escravista. Sua principal característica foi o trabalho incerto e temporário.

Atingidos duramente pelas crises de fome e desabastecimento da região, tinham na mata – caça e pesca – um meio de sobrevivência, travando uma luta diária que os obrigava a se deslocarem, constantemente, acompanhando as lavras de ouro. Levavam uma vida nômade e habitavam ranchos improvisados de chão batido e cobertos de capim. Dispunham de poucos objetos pessoais, porque sempre se deslocavam na esperança de encontrarem ouro. Contudo, a região do Vale do Guaporé chegou a atingir certo esplendor, arruinado com a decadência da mineração e o endividamento constante dos mineradores, aliado à sua localização de difícil acesso e situada numa região altamente insalubre, sobretudo, na estação das chuvas, tornando a região endêmica, já que as doenças atingiam todos indistintamente, destacando-se a malária e o maculo que ceifavam muitas vidas impiedosamente.

A população, então, migrou principalmente para Cuiabá, concorrendo para o abandono da região guaporeana, que se manteve somente enquanto perdurou o interesse metropolitano nas suas riquezas. A agressividade e ousadia da política portuguesa para a Amazônia de meados

do século 18 era, agora, com efeito, vencida pelo descaso, apatia e abandono. Em fins daquele século, já se tornava notória a crise pela qual passavam os vales do Guaporé e Madeira. A decadência se instalava tanto na mineração quanto nas guarnições militares e mesmo na manutenção das rotas fluviais de comércio que ligavam o Vale do Guaporé a Belém do Grão Pará.

A rota do rio Madeira, por exemplo, havia entrado em franco abandono desde a desativação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Essa crise provocou o desaquecimento do comércio paraense e o despovoamento de consideráveis áreas territoriais de importância estratégica para a Coroa portuguesa.

Portanto, era a derrocada final de mais um ciclo econômico e de mortes de centenas de indígenas e de escravos negros causadas pela exploração do trabalho desumano na extração das riquezas vegetais e minerais encontradas na Região Amazônica pela sanha de colonos portugueses, bem como de inúmeras ordens religiosas católicas, responsáveis estas não só pela morte física dos nativos como também pela destruição ou mesmo morte cultural de muitas etnias indígenas da Amazônia e de todo o Brasil.

2.3 Os ciclos da borracha

Em breve tempo, no entanto, o futuro ainda conceberia mais um ciclo econômico (dividido em duas etapas) e de mortes abundantes resultantes da exploração desumana do trabalho, que foi a extração do látex da seringueira no seio da imensa floresta amazônica, tanto no Brasil quanto nos países vizinhos. Contudo, agora, não mais instigado pela sede do velho sanguessuga da América Latina, o mercantilismo colonialista, e sim pela “mutação” deste em capitalismo industrial, igualmente selvagem e imperialista, que atingiria impiedosamente os secularmente perseguidos indígenas amazônicos, na primeira metade do século 19, até a chegada maciça de imigrantes nordestinos.

Podemos ter uma ideia de como esses migrantes foram chegando à Amazônia no relato verídico do nordestino Alfredo Lustosa Cabral, o qual permaneceu no Amazonas por dez anos (1897-1907), trabalhando na extração de seringa ou látex:

É sabido como se fazia o povoamento dos seringais: os proprietários desses centros de indústria extrativa iam, anualmente, ao Ceará e outros estados do Nordeste, fazer o recrutamento de trabalhadores. Seduziam-nos, falando-lhes das secas arrasadoras, da penúria em que viviam, da abundância que facilmente se auferia na floresta das heveas e das siphonias, do conforto que, emigrados, poderiam proporcionar à família... E, assim sugestionados, formavam-se grupos de emigrantes, que eram transportados à capital do

estado, onde embarcavam, às centenas, nos porões infectos dos navios (CABRAL, 1984, p. 23).

A chegada desses trabalhadores nos seringais amazônicos, sem dúvida, não se deu de forma pacífica no contato com os nativos da floresta, pois, desde o advento do *boom* da borracha, o conflito entre seringueiros e tribais era uma constante. Porém, antes da chegada dos migrantes nordestinos, muitas tribos amazônicas haviam sido subjugadas às mais extremas formas de exploração na coleta do látex. Exemplo chocante e trágico disso é a história dos índios apiacás, que viviam no trecho do Vale do Tapajós, próximo da fronteira com o Mato Grosso. Segundo consta, os apiacás não se sentiram seduzidos a irem trabalhar nos seringais mediante o velho escambo de bugigangas como ferramentas, armas, roupas e cachaça. Diante disso, Barbara Weinstein afirmou que

[...] os brancos pioneiros do negócio da borracha na região recrutaram os apiacás à força, provavelmente com a ajuda de seus adversários mundurucus, para trabalhar como seringueiros e como remadores para os regatões. A violência e o deslocamento que se seguiram ao processo de comercialização praticamente despovoaram grandes áreas e reduziram a frangalhos a cultura tribal dos apiacás (WEINSTEIN, 1993, p. 216).

O Estado também, de acordo com Edilson Lucas de Medeiros,

[...] foi responsável pelo processo de acirramento e enfrentamentos a que foram submetidos índios e civilizados nos seringais da Amazônia. Os confrontos e enfrentamentos entre índios e seringueiros contribuíram para um número elevado de mortes entre as partes (MEDEIROS, 2010, p. 25).

Em algumas regiões, segundo Pedro Martinello (2004, p. 43), “[...] como a bacia do Juruá, a resistência dos nativos foi árdua e penosa e só foram cedendo o campo ao nordestino por entre o trovejar das balas e o zunido das flechas envenenadas”. Mas, antes do findar do século 19, o deslocamento para a Amazônia alcançara meio milhão de nordestinos para trabalhar num sistema de produção baseado no trabalho compulsório (MARTINELLO, 2004).

Foi nesse contexto que todo esse contingente de nordestinos chegou à Amazônia, flagelado pela seca e pela fome implacáveis que se abateram em seus estados de origem, sobretudo, no Ceará, o estado que mais forneceu, como se diz a grosso modo, mãos calejadas e pés rachados para as terras encharcadas e para o trabalho de extração do látex nos seringais do “inferno verde” (Amazônia), onde, segundo Arthur César Reis (1953, p. 63), viviam “[...] por entre altos e baixos, em degradação, aviltamentos, ou sobrepondo-se ao meio bárbaro; padecendo sofrimentos físicos e morais sem conta”; e, compulsoriamente, “acorrentados”, por

assim dizer, a um “sistema que, em última instância, era baseado no endividamento prévio e contínuo do seringueiro em relação ao patrão-seringalista” (MARTINELLO, 2004, p. 51).

De fato, o homem chegava à Amazônia e se deparava com aquela natureza soberana e brutal, mas “é sempre uma adversária do homem” (CUNHA, 1999, p. 11). Chegava endividado e muito raramente, segundo Euclides da Cunha, deixava de sê-lo, uma vez que era “[...] natural que ao fim de alguns anos o ‘freguês’ (o seringueiro) esteja irremediavelmente perdido. A sua dívida avulta ameaçadoramente: três, quatro, cinco, dez contos, às vezes, que não pagará nunca” (CUNHA, 1999, p. 15).

Portanto, a servidão ou propriamente a escravidão por dívida se consolidava nesse tipo de relação da qual o seringueiro não podia fugir sem maiores consequências. Reduziam-se, segundo Francisco Foot Hardman (2005, p. 123), a “fantasmas”, os quais “estão para sempre desfigurados, perderam há muito sua identidade. Trocaram seu trabalho por uma máscara mortuária [...]”, submetidos pela mais vil escravidão por dívidas.

3 Conclusão

Ante o que foi analisado, fica evidente o que parece ser um destino inevitável da Amazônia: o extrativismo, a escravidão, a miséria e a morte de milhares de trabalhadores nativos da floresta e negros, forçados a trabalharem sob a sombra da cruz e o fio da espada, durante o Brasil Colônia; e a imigração dos nordestinos que se dirigiram aos confins dos sertões amazônicos por necessidade de sobrevivência ou desejo de enriquecimento rápido, para perderem sua liberdade e sua humanidade, reduzidas à completa degradação e aviltamento pela escravidão, devido às condições de vida e de trabalho aos quais foram sujeitados, encontrando, na selva, “solidão, isolamento, abandono: ausência de sociabilidade” (HARDMAN, 2005, p. 122).

Portanto, suas vidas, por meio dessa forma de trabalho, foram reduzidas, sem dúvida, ao mais baixo instinto de conservação de suas necessidades físico-biológicas para, unicamente, atender à grande demanda de borracha do mercado internacional, sobretudo, da indústria automobilística, sob a sanha sanguinolenta, implacável e insaciável de lucros do capital estrangeiro, porque esta é, simplesmente, a sua lógica natural: a de “um sistema de produção que privilegia lucro em detrimento de valor humano” (CEVASCO, 2008, p. 167) – fato que se deu, por exemplo, aos indígenas, negros e seringueiros nordestinos, no seio da floresta amazônica, os quais viveram, indubitavelmente, “sob a lei do Cão” (FERRANTE, 2007), ou

seja, sob a opressão dos sistemas econômicos (mercantilismo e capitalismo) que exploraram a mão de obra escrava na Amazônia.

Referências

BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800**. Trad. de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CABRAL, Alfredo Lustosa. **Dez anos no Amazonas (1897-1907)**. 2 ed. Brasília: Senado Federal, 1984.

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições de estudos culturais**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FERRANTE, Miguel Jeronymo. **Seringal**. 3 ed. São Paulo: Editora Globo, 2007.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51 ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem-Fantasma: A Ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva**. 2 ed. ver. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura amazônica: uma poética do imaginário**. São Paulo: Escrituras Editora, 2001.

MARTINELLO, Pedro. **A “batalha da borracha” na Segunda Guerra Mundial**. Rio Branco: EDUFAC, 2004.

MEDEIROS, Edilson Lucas de. **Seringueiro: o desbravador da Amazônia**. 1 ed. Porto Velho: Editora Gráfica Rondoforms, 2010.

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. 37 ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PROCÓPIO, Argemiro. **Amazônia: ecologia e degradação social**. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1992.

REIS, Arthur César Ferreira. **O seringal e o seringueiro**. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola – Ministério da Agricultura, 1953.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

TEIXEIRA, Carlos Corrêa. **Visões da natureza: seringueiros e colonos em Rondônia**. São Paulo: EDUC, 1999.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues. **Dos campos d'ouro à cidade das ruínas: apogeu e decadência do colonialismo português no Vale do Guaporé: séculos XVIII-XIX**. 1996. 182 f. Dissertação de mestrado – Departamento de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 1996.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; FONSECA, Dante Ribeiro da. **História regional: Rondônia**. 4 ed. Porto Velho: Rondoniana, 2001.

TOCANTINS, Leandro. **Amazônia: natureza, homem e tempo**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/Civilização Brasileira, 1982.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920**. Trad. de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: HUCITEC-EDUSP, 1993.